

Planalto põe a culpa nos políticos

Os políticos e líderes de partidos foram acusados ontem pelo Palácio do Planalto como principais responsáveis pelas dificuldades que o Brasil vem tendo para concluir um acordo com os credores da dívida externa brasileira.

"Se tivesse havido um respaldo maior dos setores políticos, os negociadores brasileiros poderiam estar dialogando com os banqueiros em outras condições", declarou o demissionário secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto. Ele negou, entretanto, que este assunto tenha sido tratado ontem na audiência do ministro Bresser Pereira, da Fazenda, com o presidente José Sarney.

"Fica difícil negociar sem um respaldo unitário, da classe política", disse o porta-voz do Planalto, observando que "o comportamento dos políticos diante da moratória e da negociação tem

favorecido a resistência dos credores às pretensões brasileiras". Um diálogo desse nível, e que envolve o processo de desenvolvimento brasileiro, exige tranquilidade. "Toda turbulência é prejudicial".

Argentina

O secretário de Imprensa da Presidência negou também que a Argentina estivesse tendendo para a declaração de uma "moratória da dívida externa" por influência da posição brasileira. "A estratégia de condução das negociações são particulares de cada país, embora as experiências individuais não sejam desprezíveis".

Com essa declaração lacônica, Frota Neto esquivou-se de comentar a presença no Brasil, ontem e anteontem, do secretário do Tesouro argentino, Mário Brodersohn, que manteve seguidos e reservados contatos com o ministro Bresser Pereira, e com o pre-

sidente do Banco Central, Fernando Milliet.

A Argentina, que optou por um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), adotou, por recomendação do Fundo, uma política recessiva, que reduziu suas reservas a menos de US\$ 1 bilhão, consumindo ainda seu saldo na balança comercial e gerando elevadas taxas de desemprego.

Frustrados com os resultados dessa estratégia, os argentinos vêm buscando apoio no México, que também negociou com o Fundo, e está nas mesmas condições, embora com reservas elevadas (US\$ 14 bilhões), e com o Brasil, em plena moratória, para a qual tendem os argentinos. Daí a troca de experiências entre Brodersohn e Bresser Pereira. A moratória argentina, se vier a ser adotada, favorece a posição brasileira nas negociações com os credores em Nova York.